

ENTREVISTA

**DOSSIÊ EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E DIVERSIDADES: ASPECTOS DA
LINGUAGEM**

**POR UMA LINGUÍSTICA ENGAJADA: DIREITOS HUMANOS, POLÍTICAS
LINGUÍSTICAS E DIVERSIDADES**

Entrevista concedida a Kleber Aparecido da Silva¹, Tatiana R. Nogueira Dias² e Sonia
Magarida Ribeiro Guedes³
Universidade de Brasília

Entrevistada Ronice Müller Quadros⁴
Universidade Federal de Santa Catarina/CNPq

Recebido em: setembro de 2021
Aceito em: dezembro de 2021
DOI: 10.26512/les.v22i2.40926

Na segunda semana de dezembro de 2020, o Prof. Dr. Kleber Aparecido da Silva, da Universidade de Brasília, a Prof^a Dr^a Tatiana R. Nogueira Dias, da Universidade de Brasília e a Prof^a Dr^a Sonia Magarida Ribeiro Guedes, da Universidade de Brasília, formalizaram um convite para a realização de uma entrevista com a Profa. Dra. Ronice Müller Quadros, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) para este dossiê temático. Por conhecerem de perto, na condição de pesquisadores/as e ativistas da área de línguas e culturas minoritizadas, com ênfase na educação bilíngue para surdos, e também da estreita relação da entrevistada com os temas como língua de sinais brasileira, aquisição da língua de sinais, bilinguismo bimodal, línguas de herança, educação de surdos e tradução e interpretação de língua de sinais e da sua longa

¹ Doutor em Estudos Linguísticos pela UNESP (São José do Rio Preto). Professor Associado 2 do Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas e do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade de Brasília, onde lidera o GECAL – Grupo de Estudos Críticos e Avançados em Linguagens. E-mail: kleberunicamp@yahoo.com.br.

² Doutora em Linguística pela Universidade de Brasília. E-mail: tatianarnd@gmail.com.

³ Doutora em Linguística pela Universidade de Brasília. E-mail: soniamaragarida@gmail.com.

⁴ Doutora em Linguística pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Professora Titular e Pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Pesquisadora do CNPq - 1C. E-mail: ronice.quadros@ufsc.br.

e ilustre carreira acadêmica, esta entrevista aborda as contribuições da nossa homenageada, Prof^a Dr^a Ronice Muller Quadros, para a compreensão do complexo processo de (re)pensar as políticas linguísticas em prol das comunidades surdas, a partir de uma perspectiva crítica e/ou decolonial. Esta entrevista se desenvolveu por meio de trocas de mensagens sequenciais no espaço de nove meses, por e-mail - suporte digital e com trocas assíncronas, adequada nestes tempos desafiantes de pandemia. Esperamos que esse diálogo, assim como acontece em nossas relações e interações cotidianas e acadêmicas, lhe desperte sentimentos, aprendizados, questionamentos, novos e/ou renovados interesses, além de ser recebido como um tributo não somente ao inestimável trabalho intelectual de Quadros, mas, também, e talvez especialmente, à maneira como ela tem conduzido suas (inter)relações com seus pares ao longo de sua vida, estimulando genuínas experiências identitárias e ricas trocas intelectuais. Que tenhamos hoje, amanhã e sempre uma Linguística sensível aos direitos, necessidades e demandas da comunidade surda em nosso país.

1. Em seu último livro intitulado Libras, lançado em 2019, no último capítulo, na página 151, você discorre acerca dos pilares da educação bilíngue, destacando a importância não somente de se pensar no ensino das línguas na educação bilíngue, mas também de discutir as línguas no espaço educacional. Em se tratando da escola inclusiva, você afirma que o desafio de se implementar uma educação bilíngue a partir de duas línguas, no caso língua portuguesa e a Libras, é ainda muito mais desafiador do que em uma escola bilíngue para surdos. O que pode ser feito para transpor esse problema?

A educação bilíngue de/para surdos em uma escola regular é bastante complexa, pois envolve a questão das línguas com práticas linguísticas diversas impactadas pelas modalidades das línguas, assim como questões culturais e sociais. As modalidades das línguas impõem organizações espaciais e pedagógicas distintas que precisam ser consideradas, por exemplo, a visualidade das línguas de sinais que partem da interação do olhar e do corpo. Por outro lado, a sonoridade das línguas faladas não exigem este tipo de interação. Os estudos evidenciam que filhos de pais ouvintes mantêm muito menos atenção compartilhada pelo olhar do que filhos de pais surdos. Isso acontece porque as línguas de sinais acontecem a partir do olhar e as alternâncias do olhar impactam na semântica da língua combinadas com movimentos do tronco, da cabeça e expressões da face que interagem com as palavras produzindo sentido textual. Uma educação se estabelece a partir da língua usada na interação coletiva. Se os surdos usam uma língua que acontece nessa modalidade diversa da língua usada pelos ouvintes, o espaço educacional precisa ser completamente repensado.

O coletivo precisa ser também garantido com a presença de professores bilíngues e professores surdos, pois a presença de surdos adultos na educação de surdos é fundamental. Do ponto de vista do desenvolvimento integral da criança, as referências adultas impactam na formação de suas identidades. Na educação bilíngue de surdos, o espaço é organizado em língua de sinais, a

língua de instrução é a língua de sinais e a língua portuguesa entrará neste contexto pela leitura e escrita contando com o seu ensino como segunda língua em uma segunda modalidade. Se tentarmos forçar a educação bilíngue na escola regular onde a organização parte da língua portuguesa como língua de instrução, os surdos sofrerão prejuízos linguísticos, sociais e culturais. Para minimizar tais prejuízos, a escola regular que decide ser uma escola bilíngue (libras e português) precisará ser reestruturada a partir do seu projeto político pedagógico, pois terá que pensar em ambientes nos quais a Libras será a língua de instrução para os surdos, enquanto o português será a língua para os ouvintes. Os espaços terão que prever o ensino de Libras como L1 para os surdos e como L2 para os ouvintes; assim como o português como L2 para os surdos e como L1 para os ouvintes como tempos de ensino equiparáveis (mesma quantidade de horas de ensino para cada língua para todos os alunos). Os espaços integrando os surdos e os ouvintes precisarão ser mediados proporcionando interação efetiva, em que os alunos ouvintes usem a Libras. Em alguns espaços, terá que ser prevista a presença de intérpretes de libras e português (não para atuar nas aulas do dia-a-dia, mas em contextos nos quais haverá a presença de pessoas que não usem a Libras). Essa escola para efetivamente se tornar uma escola inclusiva, também terá que garantir um número mais equilibrado de alunos surdos e ouvintes para que as línguas e as interações tenham os mesmos espaços. Talvez assim, seria possível uma escola inclusiva bilíngue em Libras e Português.

2) No que concerne ao ensino de Libras como L1, você defende em Quadros (2019, 157) que “o ensino de Libras como L1 precisa ser considerado de forma ainda mais abrangente do que o que se prevê no ensino de língua materna.” Você pode falar um pouco sobre essa proposta?

As crianças surdas normalmente nascem em famílias que não conhecem a Libras, pois são famílias que não integram as comunidades surdas. São raras as exceções de crianças surdas que nascem em famílias de pais surdos e adquirem a Libras como primeira língua no berço familiar. Em um levantamento sociolinguístico, nós verificamos que grande parte das pessoas surdas têm seu primeiro contato com a primeira língua na escola (Quadros et al. 2018). Isso significa que elas têm uma aquisição tardia. Assim, a escola passa a desempenhar uma função muito mais importante na vida das crianças surdas do que já é para qualquer criança, pois também será o espaço de aquisição da linguagem na Libras. Por isso, é mais abrangente do que o ensino de língua materna. No início da vida escolar da criança surda, o ensino de Libras vai precisar ser organizado de tal forma a garantir que o bebê surdo na educação infantil tenha oportunidades de interação em língua de sinais que garantam a sua aquisição da linguagem que, muitas vezes, vai acontecer nas séries iniciais da educação básica. Enquanto mais tarde a criança surda tenha acesso à Libras, mais abrangente será o

ensino de língua de materna, pois terá que incluir atividades de intervenção linguística para recuperar o tempo perdido (Quadros & Cruz, 2011; Quadros, 1997).

3. Sua proposta de educação bilíngue (QUADROS, 1997), retomada em Quadros (2019), se esteia numa perspectiva social, cultural e linguística, também captada pelos documentos legais que estabelecem a educação bilíngue por meio de políticas públicas. Em sua opinião, como se configuraria essa educação bilíngue?

Esta educação bilíngue precisaria ser implementada a partir de escolas bilíngues com um projeto político pedagógico bilíngue prevendo a organização da escola com professores bilíngues, professores surdos e atividades que integrassem as crianças de diferentes níveis escolares, garantindo a coletividade das crianças surdas. Assim, seriam viabilizadas interações sociais, culturais e linguísticas a partir de um grupo social de diferentes idades. A educação, então, seria estabelecida em um ambiente bilíngue, pois a língua de comunicação e instrução seria a Libras e o português entraria como segunda língua também ocupando possibilidade de ser uma língua de comunicação pela via escrita, especialmente utilizando redes de interação digital. O português precisaria ser ensinado como segunda língua e segunda modalidade, assim ter-se-ia que ser estabelecido um currículo organizado para garantir aos alunos aprender esta língua, especialmente na modalidade gráfica-visual.

A Libras também seria ensinada, pois seu registro escrito e no formato de textos em vídeo precisam ser ensinados, com uma metodologia de ensino de primeira língua, mas uma língua na modalidade visual-espacial que requererá toda uma reorganização de um currículo de ensino de língua em uma língua de sinais. Os conteúdos escolares seriam ensinados em Libras com textos em escrita de sinais e em português. Em cidades que não comportam escolas bilíngues, poderiam contar com escolas polos bilíngues mistas (surdos e ouvintes) que então teriam que ser reorganizadas para se tornarem efetivamente escolas bilíngue em Libras e português. Estas escolas polos poderiam atender regiões inteiras com vários municípios com o apoio de transporte público garantido aos alunos surdos.

4. Como você mesma salienta em Quadros (2019, p.151), “o fato de a língua portuguesa não ser adquirida de forma espontânea pelos surdos [...] traz implicações no contexto escolar.” Especificamente, em se tratando do ensino de língua portuguesa nas escolas bilíngues para surdos e também nas escolas inclusivas, como você vê as metodologias empregadas para o ensino da língua portuguesa como segunda língua?

No Brasil, ainda o ensino da língua portuguesa acontece seguindo a metodologia de ensino de língua materna que pressupõe seu ensino para falantes do português. Este é um grande equívoco, pois o caminho dos surdos para acessar o português escrito não é o mesmo dos seus colegas ouvintes. A relação com a língua portuguesa pelos surdos acontece de formas bastante específicas, pois além de não ser uma primeira língua, é uma língua em uma segunda modalidade, pois não visual-espacial (gestual), mas sim sua base parte do oral-auditivo para uma forma gráfica-visual. Desta forma, o ensino da língua portuguesa precisa seguir uma metodologia de ensino de segunda língua e segunda modalidade. Já contamos com pesquisas que abordam o ensino do português para surdos, mas ainda não estão disseminados entre os professores da rede pública brasileira (por exemplo Barros, 2010; Nascimento, 2010; Pereira, 2014; Quadros, 1997; Sousa, 2018; Silva e Silva, 2018; Salles et al. 2004). O ensino do português nesta perspectiva vai partir dos sentidos para a forma escrita. Os sentidos necessariamente perpassam a primeira língua, a Libras. Compreender sobre o que está escrito é fundamental para, então, ler sentidos em uma segunda língua que será acessada exclusivamente pelo canal visual. Os surdos não ouvem o português, mas eles veem a escrita desta língua em diferentes espaços de práticas linguísticas. Outro equívoco nas formas de ensinar português para os surdos parte da visão do ensino do português a partir de uma base fonológica pautada no português. Esta proposta está pautada nos resultados de pesquisas que apontam que o desenvolvimento da escrita é mais eficiente em crianças que apresentam mais consciência fonológica.

No entanto, estas pesquisas também se aplicam às crianças que ouvem a língua que escrevem. Este não é o caso das crianças surdas. O caminho do desenvolvimento fonológica não é pelo português, mas pela Libras. Têm vários estudos que evidenciam que o desenvolvimento da consciência fonológica nas línguas de sinais favorece o desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita, mesmo que seja outra língua (Cruz, 2016). Quanto ao ensino do português para os surdos, portanto, os professores precisam aprender sobre ensinar esta língua como segunda língua, assim como ensinar uma segunda modalidade (Sousa, 2015; Sousa e Quadros, 2018; Silva e Silva, 2018). Assim, a proposta é viabilizar esse ensino a partir de práticas linguísticas legítimas em português que integrem efetivamente a vida das crianças surdas. Uma das formas que sugerimos é utilizar atividades de ler e escrever que resultem em atividades comunicativas efetivas (ver por exemplo, Barros, 2011; Nascimento, 2010; Quadros e Schmiedt, 2006; Sousa, 2016).

5. A BNCC (2020), pelo menos teoricamente, potencializa políticas educacionais importantes que, juntas, ajudam a reduzir desigualdades e garantem os direitos de aprendizagem. As principais mudanças que acontecem ao implementar a BNCC aparecem nas seguintes

políticas educacionais: elaboração dos currículos locais, formação inicial e continuada dos professores, material didático, avaliação e apoio pedagógico aos alunos. Como você vê o ensino de surdos a partir dessas mudanças?

A BNCC (2020) é promissora em relação à educação de surdos, pois já incorpora a proposta prevista no Plano Nacional de Educação de 2014 (Lei nº 13.005/2014). Para implementar a educação bilíngue proposta no PNE, no qual garante-se a aquisição da Libras e o seu ensino como L1 e o ensino do português para surdos como L2 faz-se necessário ações que envolvem a produção de materiais didáticos já com metodologias compatíveis e a formação continuada de professores bilíngues pedagogos e professores de ensino de línguas de Libras como L1 e também de Língua Portuguesa como L2. Além da formação continuada, precisa ser previsto a elaboração de novos projetos políticos pedagógicos nas escolas que implementarão a educação bilíngue Libras e Língua Portuguesa, pois isso exigirá uma reorganização dos espaços de ensino e das formas de interagir na educação a partir da Libras como língua de instrução.

6. Seus trabalhos indicam que a Língua de Sinais deveria ser adquirida como Língua Materna e depois a aquisição da Língua Portuguesa Escrita como segunda Língua, caracterizando, assim, um bilinguismo para as crianças surdas. Vemos que estão surgindo novas perspectivas na Linguística envolvendo o Multilinguismo. Qual sua percepção em relação à aquisição de Língua Materna por crianças surdas? Houve alguma alteração?

A educação multilíngue é bem-vinda para alunos surdos também. A questão é que antes de mais nada, precisa-se garantir que a Libras e a Língua Portuguesa sejam garantidas a partir de metodologias de ensino adequadas. No entanto, os próprios surdos querem aprender a ler e escrever inglês e espanhol, por exemplo, entre outras línguas; assim como aprender outras línguas de sinais, como a ASL (Língua de Sinais Americana) e a ISL (Língua de Sinais Internacional), entre outras línguas de sinais. Na verdade, vemos que os surdos que estão no meio acadêmico já são multilíngues. A questão é ter uma base educacional que garanta aprender a ler e escrever em Libras e em Português e passar a incluir outras línguas que sejam pertinentes enquanto práticas comunicativas reais, que é o caso dos surdos intelectuais que estão no meio acadêmico.

7. Qual seria a melhor Política Pública empregada pelas escolas para a promoção da verdadeira inclusão da criança surda?

A política pública precisa prever que as escolas que assumem se tornarem escolas bilíngues (Libras e português) tenham um projeto político pedagógico bilíngue que preveja a reorganização dos espaços da escola com a criação de um ambiente bilíngue adequado com a presença de professores surdos, professores bilíngues para garantir a educação aos surdos na Libras como língua de instrução, assim como ensino da Libras como L1 e o ensino do português como L2. Além disso, se a escola for mista, com surdos e ouvintes, a única forma de se manter uma proposta bilíngue balanceada requer um equilíbrio entre o número de alunos surdos e alunos ouvintes. Também a quantidade de horas dedicadas ao ensino de cada língua sejam distribuídos de forma equiparada, ou seja, se decidirem dedicar 4 horas para o ensino do português, dedicar também 4 horas para o ensino da Libras. Assim, você começa a ter uma escola bilíngue na qual as línguas apresentam o mesmo valor, apesar de terem funções diferentes, na grande maioria das vezes, por estarem diretamente relacionadas com práticas linguísticas reais. Seguindo a proposta sugerida pela própria Federação Mundial de Surdos, seguindo a convenção dos direitos das pessoas com deficiência, a educação de surdos para ser inclusiva, deve ser garantida em escolas de surdos. Isso porque envolve uma língua de instrução que é diferente da língua de instrução das crianças ouvintes. Inclusão, portanto, não significa necessariamente compartilhar espaços educacionais, mas ter garantido o acesso a uma educação com qualidade. Para os surdos, o ideal é garantir uma escola de surdos que viabilize uma educação bilíngue observando o encontro surdo-surdo com seus pares surdos e com profissionais bilíngues e surdos. Os surdos tendo uma boa educação é o que garante a sua inclusão social dos surdos.

8. As Escolas Bilíngues especializadas em Libras ainda são minorias nos diversos Estados brasileiros e no Distrito Federal, atualmente existe apenas uma escola. Qual sua percepção a respeito do Ensino Bilíngue voltado para os surdos?

Na verdade, equivocadamente enfrentamos anos de boicote às escolas de surdos, pois foram associadas às escolas especiais que não foram compatíveis com o entendimento de inclusão em escolas regulares. Agora precisaremos recuperar o fechamento das escolas ou o sucateamento de várias escolas de surdos em todo o país. Para isso, faz-se necessária uma política pública de apoio às escolas de surdos que ainda estão em funcionamento para serem revitalizadas com a proposta de educação bilíngue. Além disso, faz-se necessário abrir novas escolas bilíngues, especialmente nas grandes cidades brasileiras, pois são nestas cidades que há uma concentração maior de surdos. Assim como previsto no Relatório da Educação de Surdos (2014) elaborado para o MEC por uma comissão de representantes das comunidades surdas e pesquisadores da área apresentam uma

proposta de implementação da educação bilíngue de surdos no Brasil seguindo a criação de escolas de surdos bilíngues, seguida por escolas polos e classes bilíngues. O relatório aponta para algumas propostas de política pública que podem auxiliar os agentes públicos na implementação das políticas de educação bilíngue para surdos.

9. Como linguista, qual o impacto da aquisição de outras Línguas para a formação e empoderamento de crianças surdas?

As crianças surdas multilíngues são empoderadas, assim como outras crianças que têm a oportunidade de acessar diferentes mundos a partir das línguas usadas por diferentes comunidades linguísticas. A possibilidade de acessarem diferentes línguas enquanto práticas linguísticas abre várias possibilidades de acesso ao conhecimento que vai extrapolar os espaços físicos nos quais cresce e interage presencialmente com seus pares. A possibilidade que a tecnologia abre para o acesso às diferentes línguas de sinais pode abrir diferentes oportunidades de vivenciar diferentes usos e formas de ver os mundos que extrapulam o seu espaço geográfico. Além disso, pode levar estas crianças a acessarem as línguas via diferentes mídias sociais que permitem a ela o contato com outras línguas. No caso das crianças que estão isoladas em cidades que não contem com escolas de surdos ou escolas polo, o acesso à própria Libras pode acontecer via mídias sociais ou programas com plataformas de ensino em Libras criadas para este fim.

10. Qual o seu posicionamento acerca das políticas atuais de educação bilíngue para surdos no Brasil?

As políticas linguísticas são apropriadas e estão em uma perspectiva compatível com as propostas da Federação Mundial de Surdos (WFD). No entanto, elas não entram em sintonia com a política de educação que compreende educação inclusiva somente no espaço das escolas regulares. Interessante que até o sinal em Libras que traduz a educação inclusiva reflete esta perspectiva, pois é o sinal de uma mão em cima da outra representando os surdos em uma das mãos com os ouvintes na outra mão entrando na educação juntos. Este sinal é visto como algo com conotação altamente negativa. Isso é problemático, pois sempre precisamos esclarecer em Libras que “inclusão” não é necessariamente esta “inclusão” que está representada na Libras.

Em Libras, para compreender “inclusão” como algo favorável aos surdos, precisa ser sinalizado “estar dentro da sociedade”, “viver na sociedade”, “ter acesso a educação em Libras”, somente assim pode-se começar a discutir “inclusão” na perspectiva que ela merece ser

compreendida para garantir aos seres humanos de qualquer natureza o acesso à sociedade. Isso vai incluir a educação, mas que não precisa ser na escola de ouvintes. Os surdos compreendem “inclusão” proposta nas políticas educacionais como estar nas escolas de ouvintes, o que significa enfrentar uma educação na língua portuguesa, sem acesso de fato à educação. Outro problema da proposta atual de educação inclusiva é compreender a educação de surdos como reduzida ao acesso à Libras. Não é a língua somente, pois a língua está inserida em práticas sociais e linguísticas a partir de um coletivo que usa a língua inserido em manifestações sociais e culturais. Assim, não é possível fazer educação bilíngue com intérpretes de Libras.

Os intérpretes de Libras têm uma função importante em mediar contextos de comunicação entre pessoas que não compreendem as línguas usadas em determinadas situações específicas, mas não em sala de aula. Em sala de aula, o professor precisa ser fluente na língua do aluno para poder ensinar qualquer coisa. Os pares das crianças precisam usar a Libras, pois é na prática social e linguística que o acontecimento do ensinar e aprender acontece. Não é com um intérprete de Libras que fica tentando acompanhar um professor e comentários de colegas ouvintes, muitas vezes sem a fluência devida na Libras e sem qualificação necessária para atuar na função de intérprete. Independente de sua qualificação, a criança não aprende com um intérprete de línguas em sala de aula, ela não entende este jogo que inventaram como educação bilíngue.

REFERÊNCIAS

BARROS, P. L. **Português como Língua Segunda para Surdos II**. Universidade Católica Editora. Lisboa. 2011.

BRASIL. **Relatório de Educação de Surdos**. Ministério da Educação. Publicado na Biblioteca Digital da UNICAMP. 2014. Disponível em:
<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?down=56513>.

CRUZ, C. **Consciência Fonológica na Língua de Sinais Brasileira (Libras) em Crianças e Adolescentes Surdos com Início da Aquisição da Primeira Língua (Libras) Precoce ou Tardio**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Linguística. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2016.

DALLAN, M. S.; STUMPF, M. R.; MASCIA, M. A. A. Cenas de letramento em sinais: algumas experiências do uso da escrita *signwriting* na educação bilíngue para alunos surdos. Em **Letramento na Diversidade: Surdos Aprendendo a Ler/Escrever**. Mercado de Letras: Campinas, 153-178, 2018.

NASCIMENTO, S. P. **Português como Língua Segunda para Surdos I**. Universidade Católica Editora. Lisboa. 2010.

PEREIRA, M. C. P. O ensino de português como segunda língua para surdos: princípios teóricos e metodológicos. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, Editora UFPR. Edição Especial n. 2, p. 143-157, 2014.

QUADROS, R. **Educação de surdos**: a aquisição da linguagem. Editora ArtMed. Porto Alegre. 1997.

QUADROS, R. M.; SCHMIEDT, M. **Ideias para ensinar português para surdos**. MEC. Brasil. 2006. Disponível no Portal do MEC: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/port_surdos.pdf.

QUADROS, R.; CRUZ, C. R. **Instrumentos de avaliação da língua de sinais**. Editora Penso. Porto Alegre, 2011.

QUADROS, R.; NEVES, B.C.; SCHMITT, D.; LOHN, J.; LUCHI, M. *Língua Brasileira de Sinais: Patrimônio Linguístico Brasileiro*. Editora Garapuvu. Florianópolis. Disponível no Portal de Libras: <http://portal.libras.ufsc.br/>, 2018.

SALLES, H. M. L.; FAULSTICH, E.; CARVALHO, O. L.; RAMOS, A. A. L. **O ensino de língua portuguesa para surdos**: caminhos para a prática pedagógica. Ministério da Educação. Brasília. 2004. Volume 1. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lpvol1.pdf>

SALLES, H. M. L.; FAULSTICH, E.; CARVALHO, O. L.; RAMOS, A. A. L. **O ensino de língua portuguesa para surdos**: caminhos para a prática pedagógica. Ministério da Educação. Brasília. 2004. Volume 2. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lpvol2.pdf>

SILVA, G. M. Interações em sala de aula e o processo de ensino-aprendizagem da leitura em português no caso de aprendizes surdos. In: SILVA, I. R.; SILVA, M. P. M. (Orgs) **Letramento na Diversidade**: Surdos Aprendendo a Ler/Escriver. Mercado de Letras. Campinas. p. 41-74, 2018.

SILVA, R.; SILVA, M. P. M. **Letramento na Diversidade**: Surdos Aprendendo a Ler/Escriver. Mercado de Letras. Campinas. 2018.

SOUSA, A. **Educação plurilíngue para surdos: uma investigação do desenvolvimento da escrita em português (segunda língua) e inglês (terceira língua)**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Linguística. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. 2015.

SOUSA, A.; QUADROS, R. M. de. Síntese linguística na oralidade e na escrita de bilíngues bimodais. In: SILVA, I. R.; SILVA, M. P. M. (Orgs) **Letramento na Diversidade**: Surdos Aprendendo a Ler/Escriver. Mercado de Letras. Campinas. p. 13-40, 2018.